



Diário da Justiça

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO LXVI — Nº 10

TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1991

BRASÍLIA — DF

Sumário

	Página
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	117
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	118
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	124
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	128
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	129

Tribunal Superior Eleitoral

Presidência

PORTARIA Nº 07, DE 10 DE JANEIRO DE 1991

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, do Regimento da Secretaria, RESOLVE designar CARLOS QUEIROZ REZENDE, Agente de Segurança Judiciária, Classe "A", Referência NI-25, para exercer o Encargo de Representação de Gabinete, de Auxiliar Especializado, a partir desta data e enquanto permanecer lotado no Gabinete da Secretaria de Coordenação Administrativa.

MINISTRO SYDNEY SANCHES

Secretaria de Coordenação Eleitoral

Subsecretaria Judiciária

Despachos

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.455 - CIs. 2ª - PARÁ (Belém)
Impetrantes : Coligação "FRENTE POPULAR NOVO PARÁ" (PSB/PCB/PC do B/PT/PSDB/ PDT), Partido Socialista Brasileiro - PSB, Seção do Pará e Ademir Galvão Andrade, candidato a Senador.
Advogados : Drs. Geraldo de Moraes Correa Lima e Arnaldo Versiani
Protocolo : 83/91
Relator : Ministro HUGO GUEIROS

O Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator, exarou o seguinte despacho:

"A Coligação Partidária Frente Popular Novo Pará (PSC,PCB,PC do B, PT, PSDB e PDT), Partido Socialista Brasileiro e Ademir Galvão Andrade, este candidato ao Senado pelo Estado do Pará, impetram mandado de segurança para ver reconhecido o direito de disputarem as eleições para o cargo de Senador da República em eleições suplementares nas seções eleitorais cuja votação foi declarada nula e onde os eleitores foram impedidos de votar.

O ato impugnado é a Resolução nº 779, de 27 de dezembro de 1990, do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Pará, que marcou eleições suplementares para 20 de janeiro de 1991 somente para a Assembleia Legislativa do Estado.

Tal eleição suplementar decorreu da anulação de votações colhidas em 91 Seções do Estado, sendo 81 de Ananindeua e 10 de outros municípios. Informa o E. TRE (fls 27) que os boletins apresentaram incoincidência apenas e tão somente para o pleito pelo sistema proporcional.

A matéria versada nas impugnações que deram origem a tal anulação teria sido apenas a votação para Deputados Federais e Estaduais, por

terem sido adulterados os números relativos a tais eleições. Nenhum recuso, ainda segundo as informações de fls. 27, teria versado senão as eleições proporcionais e nunca as majoritárias, pois quanto a estas últimas nada fora posto em dúvida.

Sustentam, porém, os impetrantes que Ademir Galvão Andrade conta com 384.520 votos, em segundo lugar, enquanto o primeiro colocado, Fernando Coutinho Jorge, tem 394.795 (resultados finais). O Total de votos, nas urnas em que haverá eleições suplementares, é de 27.518 e, só em Ananindeua, é de 24.652, enquanto a diferença supra entre os dois candidatos que lideram a disputa eleitoral para o Senado é de 10.275 votos, sendo possível inverter-se a classificação dos dois candidatos, se houver suplementares, como requer para as 91 seções eleitorais, com fundamento no art. 201 do CE e art. 39 da Resolução 16.640/90 do TSE.

O E. TRE/PA, diz o impetrante, na Resolução 779/90, teria excluído a eleição majoritária porque "os votos anulados para as eleições relativas a cargos majoritários não são suficientes para alterar o resultado final apurado com vista a elas.

O E. TRE, em suas informações, salienta que os impetrantes não usaram do recurso correspondente para impugnar também as eleições majoritárias, transitando pois em julgado a decisão a elas relativa, o que inviabiliza a segurança nos termos das súmulas 267 e 268 do STF. E, em Ananindeua, não houve esse questionamento, e somente com os votos de Ananindeua seria de acolher a alegação de que o resultado da eleição de senador poderia ser alterado.

Em petição de 8.1.91, a Coligação Partidária Frente Popular Novo Pará e outros (fls 29-30) acrescenta que a nulidade decorreu de incoincidência dos boletins ("mapismo"), não havendo assim como separar-se a nulidade. Diz ainda que não cabe falar em coisa julgada, porque o ato coator apenas passou a existir quando, materializado o relatório final, previsto no art. 201 do CE, o órgão coator expediu a Resolução nº 779, em 27.12.90, da qual não caberia qualquer recurso. Cabia ao Tribunal Regional, de ofício, determinar a eleição suplementar para Senador.

Nos autos do Recurso Eleitoral 9.317 - PA, Relator Sua Excelência o Ministro Américo Luz, recorrente o Deputado Gerson dos Santos Peres, este Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento parcial para determinar que seja anulada a votação nas 19 Seções apuradas pela 75ª Junta eleitoral, bem como nas 20 Seções apuradas pela 76ª Seção Eleitoral, ambas da 43ª Zona Eleitoral, de Ananindeua-PA, porque a fraude se evidenciara por incoincidência de boletins e nenhum voto fora anulado por não ter havido a recontagem em face da impossibilidade material reconhecida pelo próprio Tribunal Regional.

Com, efeito, o exame dos autos do referido Recurso Eleitoral 9.317, que aguarda publicação do acórdão deste TSE, evidencia que:

- o recurso especial julgado pelo TSE é formulado por Deputado Federal (Gerson dos Santos Peres) e refere-se a decisão proferida no Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Pará na representação nº 1688/90, que tratava da recontagem de votos para as eleições proporcionais.

- a decisão regional refere-se a anulação da votação nas seções indicadas, depois convalidada pelo mesmo Tribunal ante a impossibilidade de recontagem.

- os boletins de urna distinguem as eleições proporcionais e as eleições majoritárias, de tal sorte que a irregularidade nas primeiras não foi sequer examinada quanto às segundas, em face da impugnação havida.

Parece-me necessário concluir que, seja pela origem da representação e seus fundamentos, seja pela ausência de impugnação pertinente (art. 181 do Código Eleitoral), não se deve ter decidido mais do que o que cabia nos limites da representação.

Em consequência, a Resolução ora impugnada, no TRE/PA também não poderia ir além dos limites da decisão do TSE.

Sem prejuízo do exame do direito a eleições suplementares, e exatamente por isso, denego a liminar. E remeto os autos à douta Procuradoria Geral Eleitoral, para parecer.

Brasília 10 de janeiro de 1991.

Ministro Hugo Gueiros, Relator.

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.458 - CIs. 2ª - ALAGOAS (Maceió)
Impetrante : Coligação "ALAGOAS-A HORA É AGORA" (PDC/PTR/PL/PRP/PRN)
Advogados : Drs. Paulo Azevedo Newton e João Alves Salgueiro
Protocolos : 129/91 e 130/91
Relator : Ministro HUGO GUEIROS

O Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator, exarou o seguinte despacho:

"A Coligação Alagoas - A Hora É Agora requer mandado de segurança, com liminar, para sustar, até julgamento do Recurso Especial interposto, a decisão do E. TRE de Alagoas que suspendeu o programa da referida Coligação nos dias 9 e 10 de janeiro de 1991, além de conceder direito de resposta no horário noturno do dia 9 e diurno no dia 10.

Não se discute na impetração a natureza das ofensas praticadas baseia-se a impetrante em que a Resolução 11.222, de 7.1.91, que "proíbe terminantemente a divulgação de fórmulas de pichações e desenhos, que venham a denegrir as honras dos candidatos postulantes, sob pena de serem do programas retirados do ar, por desobediência às decisões deste Corte", tal resolução não estaria desobedecida no programa do próprio dia 7, às 20:30 hs, quando o comunicado do Tribunal fora recebido às 21 hs, e a fita do programa já havia sido entregue 12 horas antes.

Ora, a proibição constante da citada Resolução 11.222 do TRE/AL não inova na matéria: o que ali se proíbe e gera direito de resposta é ilícito que pode envolver injúria, difamação ou calúnia (arts 15, IX, e §§, 29 e 74 da Resolução 16.402, 17.4.90, do TSE) possíveis e nem mesmo negados na impetração.

Assim, o dever de abster-se das práticas constantes da citada Resolução 11.222 do E. TRE preexistia à citada resolução, que apenas explicitou fórmulas de abuso, dentre as genericamente proibidas por lei. Não estando em causa o mérito das ofensas, nesta segurança, mas somente a sua anterioridade em relação à Resolução 11.222, não vejo motivo para sustar a aplicação da sanção impugnada.

Denego o pedido de liminar e envio os autos à d. Procuradoria Geral Eleitoral, para parecer.

Brasília, 10 de janeiro de 1991.

Ministro, HUGO GUEIROS, Relator".

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 1.460 - CIs. 2ª - ALAGOAS (Maceió)

Impetrante : Coligação "ALAGOAS - A HORA É AGORA" (PDC/PRP/PL/PTR/PRN)
Advogados : Drs. Paulo Azevedo Newton e João Alves Salgueiro
Protocolo : 218/91
Relator : Ministro HUGO GUEIROS

O Exmo. Sr. Ministro HUGO GUEIROS, Relator, exarou o seguinte despacho:

"A Coligação Alagoas - A Hora é Agora (PDC/PRP/PL/PTR/PRN) impetra mandado de segurança contra decisão do E. TRE de Alagoas, que deferiu pedido de resposta a Moacir Lopes de Andrade e suspendeu o programa de propaganda gratuita no rádio, da impetrante, nos dias 11 e 12, horas diurno e noturno. Alega que: 1) a decisão extrapolou os limites do pedido (art. 459 do CPC); 2) a suspensão do programa feriu direito líquido e certo (Art. 17, § 3º, da Constituição); 3) não teria sido respeitado o direito líquido e certo à regularidade do processo; 4) a penalidade dupla (suspensão do programa e direito de resposta) configura *bis in idem*, vedado pelo direito; 5) foi cerceado o direito de livre crítica de natureza política; 6) "as sucessivas e reiteradas punições, de direcionamento unilateral, têm provocado estranheza na opinião pública e rendido ensejo a críticas abertas na imprensa", dando exemplo de artigo do Jornalista Newton Rodrigues, que "sugere sem neelas palavras a parcialidade da Egrégia Corte" (regional, suponha). A representação de Moacir Lopes de Andrade, que deu origem à decisão ora atacada, descreve acusações diretas e graves ao representante, sobre as quais diz o impetrante apenas que são "de interesse público e formuladas com inequívoca transparência", "crítica de natureza política" que estaria sendo silenciada "de forma violenta".

No MS 1.458/91, neguei a liminar porque o mérito das acusações não fora sequer enfrentado na segurança, para justificação de sua veiculação em programa eleitoral gratuito. Ali se tratava de programa de televisão, aqui de rádio. Mas a impetrante insiste em que pode acusar terceiro da prática de crimes e irregularidades graves em nome do direito de livre crítica, o que não se ajusta ao objetivo da propaganda gratuita.

O direito de resposta é direito individual reconhecido pelo E. TRE; não existiu *bis in idem*, mas somente uma sanção, a suspensão do programa eleitoral nos dias 11 e 12. O exercício do direito de resposta não exige o contraditório. A decisão de coibir a infração na propaganda eleitoral é inerente ao poder de polícia, não dependendo de pedido do prejudicado. É ineficaz, na demonstração da liquidez e certeza do direito a ser protegido por mandado de segurança, a prova da opinião de terceiro sobre as decisões da justiça eleitoral.

Pelo exposto, denego a liminar.

Sejam prestadas informações pelo E. TRE de Alagoas com a urgência que o caso requer.

Brasília, 12 de janeiro de 1991.

Ministro HUGO GUEIROS, Relator".

Superior Tribunal de Justiça

Presidência

ATO Nº 507, DE 14 DE JANEIRO DE 1991

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no §3º do art. 325 do Regimento Interno, resolve

E X O N E R A R, a partir de 06 de janeiro do corrente ano, o Bacharel em Direito TIAGO ROSA DA SILVA FILHO, do cargo, em comissão, de Assessor de Ministro, Código STJ-DAB-102.5, do Quadro Permanente da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, em virtude da aposentadoria do Exmo. Sr. Ministro Gueiros Leite.

MINISTRO TORREÃO BRAZ
 Vice-Presidente, no exercício da
 Presidência

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 0503, de 20 de dezembro de 1990, publicado no Diário da Justiça do dia 26 subsequente, onde se lê:

	M.Taq.	Port.	R.Int.	Ling.Est.	Médi
5ª Maria Ivete Ferreira	87,50	81,41	100,00	92,50	88,26
6ª Andrea V. Mello Cavalcante	81,40	91,00	97,50	90,00	87,67
Leia-se:					
5ª Andrea V. Mello Cavalcante	81,40	91,00	97,50	90,00	87,67
6ª Maria Ivete Ferreira	81,41	87,50	100,00	92,50	87,39

Secretaria Judiciária

Subsecretaria de Registros e Informações Processuais

ATA DE REGISTRO E DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO ORDINÁRIA, EM 11 DE JANEIRO DE 1991

PRESIDENTE O-EXMO. SR. MIN. TORREÃO BRAZ
 SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA:
 REPRESENTANTE DA DAB-SECAO DE

AS 17.00 HORAS, NO GABINETE DA PRESIDENCIA, FORAM DISTRIBUIDOS, ATRAVES DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS, OS SEGUINTE EFETUOS

71.0000201-1 PROC. ORIG. 0000164789 AG 8013-RJ
 AGSTE : SERVICIO SOCIAL DO COM-ADMINISTRACAO REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 ADV : LUIZ FERNANDO PINTO PALHARES e outros
 AGRO : SOLANGE COUTO DOS SANTOS
 ADV : JOSE MARCOS GOMES e outros
 AGRO : VARIIG SVA VIACAO AEREA RIO-GRANDENSE
 ADV : CARLOS HENRIQUE AMORIM COSTA
 RELATOR : MIN. WALDEMAR ZVEITER - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO DEPENDENCIA OU PREVENCAO (91.0000200-3) EM 11/01/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

91.0000246-8 PROC. ORIG. 0001289712 REXP 7169-SP
 RECTE : ODAIR LOCHETTA MASSONI e conjuge
 ADV : SAMUEL MONTEIRO
 RECUO : JOAO SALGADO DE CASTRO
 ADV : FRANCISCO GIGLIOTTI
 RELATOR : MIN. QIAS FREINDE - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 11/01/91
 CONCLUSAO AO RELATOR

91.0000273-9 PROC. ORIG. 0000531901 AG 8041-MG
 AGSTE : BANCO INDIA LOML/ SVA
 ADV : MOACIR ANTONIO MIGUEL e outros
 AGRO : VISINA MENDONCA AGRO-INDIA LOML/ LTDA
 ADV : HUMBERTO THEODORO JUNIOR e outros
 RELATOR : MIN. CLAUDIO SARTES - TERCEIRA TURMA
 DISTRIBUICAO AUTOMATICA EM 11/01/91
 CONCLUSAO AO RELATOR



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
 Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR
 Fax: (061) 225-2046
 CGC/MF: 00394494/0016-12

CEZAR BADO
 Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
 Diretor de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

JOSÉ EDMAR GOMES
 Editor

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias. Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Diário Oficial

Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
ASSINATURA TRIMESTRAL:	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
PORTE:	Cr\$ 6.864,00	Cr\$ 3.399,00	Cr\$ 12.474,00	Cr\$ 6.864,00

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)
 Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586
 Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

provimento ao recurso pelas preliminares de decadência de ação, de carência de ação e de inépcia da inicial e, no mérito, negar-lhe provimento.

Processo RO-AR-117/87.5, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: José Braulino de Oliveira e Recorrido: Espólio de Gonçalo Rabelo (Elizabeth de Oliveira Rabelo). (Advogados: Laerte Romualdo de Souza e Odácio Mathias F. Júnior). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, dar provimento ao recurso para julgar improcedente a Ação Rescisória. Processo RO-AR-271/87.5, 3a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrentes: Rita de Cássia e Outros e Recorrido: Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - FHENIG. (Advogados: Miguel Raimundo Viégas Peixoto e Elpidio Marques Santos). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, rejeitar a preliminar de intempestividade do recurso arguida pela Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho. À unanimidade, negar provimento ao recurso pela preliminar de irregularidade de representação.

Processo RO-AR-414/87.8, 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Egidio Lemes Bilhalva e Recorrido: Granja Retiro Agropecuária Ltda. (Advogados: Marilei Lacerda Menna e Paulo Serra). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-AR-628/87.1, 3a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Prefeitura Municipal de Santa Luzia e Recorrido: Luiz Gonzaga. (Advogados: José Jorge Neder e Expedito Gabrich). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-AR-727/87.9, 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Daltro Vitorio Pinto e Recorrido: Sport Club Gaúcho. (Advogados: Arry Pizetta e Antonio Augusto M. Duarte). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-AR-924/87.7, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Trajano Francisco Dourado e Recorrido: Muller Franco Ltda. (Advogados: José Roberto Vinha, Antonio Lopes Noleto e Darry Mendonça). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-AR-926/87.2, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: RC - Representações e Transportes Ltda. e Recorrido: Benjamin Bacharel. (Advogados: Osvaldo Alves dos Santos e André Zemczak). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-AR-977/87.5, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Churrascaria Jardim da Cerveja Ltda. e Recorrido: Luiz Cabral de Andrade. (Advogados: Roberto Sacolito e Antonio Rosella). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso.

Processo RO-MS-06/88.7, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Recorrente: Dixie Ind. e Comércio Ltda. e Recorrido: Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente da MM. 31a. JCM de São Paulo. (Advogado: Josué de A. Maranhão Filho). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, negar provimento ao recurso, unanimemente.

Processo RO-AR-32/88.7, 5a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: João Duarte Alvim Macedo e Recorrido: General Elétrico do Brasil S/A. (Advogados: Ulisses Riedel de Resende e Nilson Tosta de Araújo). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, rejeitar a preliminar de deserção arguida pela Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho. No mérito, negar provimento ao recurso, unanimemente.

Processo RO-MS-11/89.1, 4a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Recorrente: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Destilação e Refinação de Petróleo de Porto Alegre, Canoas e Osório; Recorrida: Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e Autoridade Coatora: Excelentíssima Senhora Juíza Presidente da 3a. JCM de Canoas. (Advogados: Roberto de F. Caldas, Ruy Jorge C. Pereira e Cláudio F. P. Fernandes). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, preliminarmente, acatando a sugestão da Procuradoria-Geral, determinar a retificação da autuação para que seja registrada a existência de recurso "ex-officio". À unanimidade, negar provimento ao recurso pela preliminar de incompetência em razão do foro. À unanimidade, dar provimento ao recurso pela preliminar de nulidade do processo face a ausência de citação dos Litisconsortes necessários, para, anulando o processo a partir de folhas 36, determinar o retorno dos autos ao TRT de origem a fim de que proceda a citação dos Litisconsortes necessários para que apresentem defesa no prazo legal, prejudicado o exame do presente apelo e da remessa "ex-officio".

Processo E-RR-3473/87.3, 4a. Região, relativo a Embargos Opostos à Decisão da Egrégia 2a. Turma, Embargantes: Ailton Zanandrea e Banco Itaú S/A e Embargados: Os Mesmos. (Advogados: José Antonio P. Zanini e Jacques Alberto Oliveira). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro Guimarães Falcão e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, não conhecer de ambos os embargos.

Processo RO-AR-81/89.3, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Ação Rescisória, Recorrente: Panex S/A - Indústria e Comércio e Recorridos: Agenor Gomes da Silva e Outros. (Advogados: José Roberto S. de A. Pinto e Alino da Costa Monteiro). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Luiz Vasconcellos, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, rejeitar a preliminar

de intempestividade suscitada pela Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho. No mérito, pelo voto prevalente, negar provimento ao recurso, vencidos os Excelentíssimos Senhores Ministros José Luiz Vasconcellos, revisor, José Ajuricaba, Ursulino Santos e Aluísio Rodrigues (Juiz Convocado), que davam provimento ao recurso. Justificará voto vencido o Excelentíssimo Senhor Ministro José Luiz Vasconcellos.

Processo R-EX-OF-27/89.5, 4a. Região, relativo a Remessa Ex-Officio, Interessados: Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região; Estado do Rio Grande do Sul e Luiz Mario Paiva Sune. (Advogado: José Qaudro Pires). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, não conhecer da presente remessa por incabível.

Processo RO-MS-383/89.3, 2a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Recorrente: Ultrafertil S/A - Indústria e Comércio de Fertilizantes - Grupo Petrofertil; Recorrido: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Químicas e Farmacêuticas de Cubatão, Santos e São Vicente e Autoridade Coatora: Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente da 1a. JCM de Cubatão. (Advogados: Belis M. T. Rajabally e Pedro Luiz Leão Velloso Ebert). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Luiz Vasconcellos, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, rejeitar a preliminar de intempestividade arguida pela Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho. À unanimidade, rejeitar a preliminar de perda de objeto arguida em contrarrazões. No mérito, dar provimento ao recurso para, concedendo a segurança impetrada, cassar a liminar deferida na medida cautelar, unanimemente.

Processo RO-MS-89/89.2, 1a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Recorrente: Banerj - Banco de Investimentos S/A; Recorrida: Fernanda Maria Cardoso Saldanha e Autoridade Coatora: Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente da 22a. JCM do Rio de Janeiro. (Advogado: José Fernando X. Rocha). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Carlos da Fonseca e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro José Luiz Vasconcellos, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, dar provimento ao recurso para, concedendo a segurança, cassar a medida cautelar que concedeu a reintegração no emprego.

Processo RO-MS-519/89.5, 10a. Região, relativo a Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, Recorrente: José Aldemir Saraiva; Recorrido: Metamat - Cia. Matogrossense de Mineração - MT e Autoridade Coatora: Excelentíssima Senhora Juíza Presidente da JCM de Cuiabá - MT. (Advogados: Jamincio Azevedo e Reynaldo Ramos Tocantins). Relator o Excelentíssimo Senhor Ministro José Ajuricaba e Revisor o Excelentíssimo Senhor Ministro Hélio Regato, tendo a Seção Especializada em Dissídios Individuais resolvido, à unanimidade, dar provimento ao recurso para afastando o obstáculo do descabimento do Mandado de Segurança, devolver os autos ao TRT de origem para que julgue como entender de direito.

- Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Sessão às dezoito horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Secretária da Seção Especializada em Dissídios Individuais, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro Presidente e por mim subscrita. - Brasília, aos cinco dias do mês de setembro do ano de um mil novecentos e noventa.

MINISTRO PRATES DE MACEDO
Presidente do Tribunal

NEIDE A. BORGES FERREIRA
Secretária da Seção Especializada
em Dissídios Individuais

Corregedoria Geral da Justiça lho

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

PROC. Nº TST-RC-18544/90.8

REQUERENTE - SANDRA DE POLI

Advogada - Dra. Sandra de Poli

REQUERIDO - RELATOR DO PROCESSO TRT-15ª REGIÃO Nº 6432/88, QUE PODE RÁ SER SUBSTITUÍDO, NA FORMA REGIMENTAL, NAS INFORMAÇÕES

A Exma. Sra. advogada dra. SANDRA DE POLI requereu Correição Parcial contra a Exma. Sra. Juíza do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Dra. NEUSENICE DE AZEVEDO BARRETO KUSTNER, ao fundamento de que os termos vazados na ementa e no corpo do v. Acórdão 8825/90 foram de encontro aos "mais comezinhos deveres de civilidade", além de afrontarem o art. 35, I e IV da Lei Complementar nº 35/79, por se revelarem "sem isenção e sem urbanidade, recorrendo a linguagem imprópria, não condizente com o comportamento que deve nortear a conduta do magistrado e os pronunciamentos da Justiça". Foram solicitadas as informações de praxe. Tendo em vista a aposentadoria da autoridade requerida, o Exmo. Sr. Juiz José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, Presidente da 2ª Turma do Egrégio Décimo Quinto Regional, remeteu cópia do acórdão em referência, excusando-se por não poder prestar outras informações. É o relatório.

I - A própria Requerente esclarece, em sua petição, que o ato contra o qual se insurge "foi publicado... no Diário da Justiça do Estado, a 15 de outubro último..." (fls. 2), enquanto o seu requerimento, datado de 7 de novembro de 1990, foi protocolado a 12 de novembro subsequente. Ora, o Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho estabelece em seu artigo 99, que "a apresentação de reclamações referentes a correições parciais em autos para corrigir erros e abusos contra a boa ordem processual e que importem em atentado a fórmulas legais de processo, quando para o caso não haja recurso específico, será feita no prazo de cinco dias, contados da publicação do ato ou despacho no órgão oficial, ou de sua ciência inequívoca pela parte". Como se viu, entre 15 de outubro de 1990, data da publicação do acórdão atacado e 12 de novembro de 1990, dia em que protocolada a Reclamação Correicional, transcorreram, sem nenhuma dúvida, mais de cinco dias, pelo que não foi observado o prazo que asseguraria a tempestividade da medida requerida. É bem verdade que a requerente alega que se encontrava de férias, mas esse fato não a ampara, pois nenhum prazo judicial fica suspenso em virtude do gozo de

ferias da parte ou do seu advogado. Face a essa realidade, a presente Reclamação Correicional não pode ser conhecida.

II - Em face do exposto, NÃO CONHEÇO DA RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA PELA EXMA. SRA. DRA. ADVOGADA SANDRA DE POLI CONTRA A EXMA. SRA. JUIZA NEUSENICE DE AZEVEDO BARRETO KUSTNER, RELATO RA DO PROCESSO TRT-15ª REGIÃO Nº 6432/88, HOJE APOSENTADA, EM FACE DA SUA MANIFESTA INTEMPESTIVIDADE.

III - Intime-se, publique-se e remeta-se cópia do inteiro teor desta decisão ao Exmo. Sr. Juiz Presidente da Segunda Turma do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quinta Região. Brasília, 08 de janeiro de 1991.

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

RECLAMAÇÃO CORREICIONAL
PROC. Nº TST-RC-17620/90.1

Requerente: PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO
Requerido: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO

O Exmo. Sr. DR. IVO SANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, Procurador do Trabalho, ao emitir parecer nos Processos TST-AL-7489/90.4 e TST-AL-2492/90.2, assim se pronunciou no item II das referidas peças: "PROMOÇÃO. Os presentes autos retratam praxe irregular adotada pelo TRT da 5ª Região, no sentido de se abrir prazo para contraminuta antes da formação do agravo pelo traslado de peças (fls. 1. 6v). Tal procedimento, sobre atender contra o art. 526 do CPC, percebe o direito de defesa do agravado, uma vez que não poderá se propunha sobre os defeitos formais caso existentes na materialização do instrumento, quais sejam: ausência do traslado da procuração ou de alguma das peças essenciais à compreensão da contravenção (Súmula nº 272 do TST). O Agravado impugna-se contra o procedimento do Regional, sustentando, ao ter que responder ao agravo, que a ordem processual foi tumultuada, pois apenas deveria indicar peças ao traslado, ficando para contraminutar o agravo quando formado o instrumento (fl. 7). Já havíamos detectado, tal irregularidade procedimental nos fls de São Paulo e Campinas, formulando promoção à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que resultou na Reclamação Correicional nº 9332/90, onde se julgou procedente o pedido de correição parcial para determinar que o Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região passasse a observar a observância, por sua Secretaria, do que dispõe, literalmente o art. 526 do Código de Processo Civil, intimando o agravado, nos recursos do agravo de instrumento, apenas depois de concluída a formação do instrumento (Min. ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, DJU 24/08/90, Seção I, pg. 8061). Assim sendo, tendo em vista que também o Regional da Bahia adota a referida praxe irregular, recorremos ao Exmo. Sr. Ministro-Relator que de ciência do ocorrido ao Exmo. Sr. Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, para que tome as providências que entender cabíveis". (fls. 04). Através do Of. Sec. 3ª Turma nº 147/90, o Exmo. Sr. Ministro FRANCISCO FAUSTO, relator dos mencionados processos encaminhou a esta Corregedoria Geral cópias dos indigitados pareceres para os fins ali visados. O ofício foi protocolado e atuado como pedido de correição parcial. A esses autos foi juntado, posteriormente, o Of. GM. AA nº 21/90, do Exmo. Sr. Ministro ANTONIO AMARAL, por tratar de idêntica matéria foram solicitadas as informações de praxe ao Exmo. Sr. Juiz ODIMAR DE ALCANTARA LEME. Aquela ilustra autoridade respondeu nos seguintes termos: "Sr. Ministro: Acusando o recebimento do Ofício TST-CGJT-2312/90, de 19.11.90 complementado pelo de nº TST-CGJT-243/90, de 27.11.90, cumpre-me levar ao conhecimento de Vossa Excelência que este Regional, tomando conhecimento da irregularidade apontada nos mencionados documentos, constatou a falha por essa Egrégia Corte apontada, adotando as medidas necessárias para sua regularização, no sentido de que seja observado o que preceitua o art. 526 do Código de Processo Civil".

f o relatório.

I - Conforme acima notificado, o Exmo. Sr. Juiz Presidente do Egrégio Tribunal apontado como autoridade Requerida, já adotou as medidas necessárias para sua regularização, no sentido de que seja observado o que preceitua o art. 526 do Código de Processo Civil" (fls. 17). Ante essa situação, o presente processo de Correição Parcial acabou por perder o objeto, uma vez que já atingida a finalidade visada pelo digno órgão do Ministério Público em sua oportuna promoção.

II - Ex positis, NÃO CONHEÇO DA RECLAMAÇÃO CORREICIONAL REQUERIDA PELA PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO CONTRA O EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, POR FALTA DE OBJETO.

III - Intime-se, publique-se e remeta-se cópia do inteiro teor desta decisão ao Exmo. Sr. Juiz Presidente do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, ao Exmo. Sr. Dr. Procurador do Trabalho IVO SANDRA DA SILVA MARTINS FILHO, autor de promoção que originou este processo, bem como aos Excs. Srs. Ministros FRANCISCO FAUSTO e ANTONIO AMARAL, Relatores dos Agravos de Instrumento de onde são oriundos os ofícios de fls. 02 e 10.

Brasília, 08 de janeiro de 1991.

MINISTRO ORLANDO TEIXEIRA DA COSTA
Corregedor-Geral

A Imprensa Nacional dispõe dos seguintes volumes-índices da RTJ — STF. Volumes 01 a 31, 42 a 56, 57 a 72 e 73 a 82. Consulte-nos: Seção de Divulgação (061) 226-2586 e 321-5566-rs. 305 e 309.

Superior Tribunal Militar

Secretaria do Tribunal Pleno

LISTA DE ANTIGUIDADE DE MAGISTRADOS

JUIZES AUDITORES

TEMPO DE SERVIÇO APURADO ATÉ 31 / 12 / 90

NOMES	TEMPO DE SERVIÇO											
	NO CARGO				NA JUSTIÇA MILITAR				SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL			
	Até 25 Dez/78(1)	A part.26 Dez/78(2)										
HELMO DE A. SUSSEKIND	15 00 08	11 07 03	41	10 19	44	06 29	44	06 29	44	06 29	44	06 29
JOSÉ VICTOR M. DOS SANTOS	12 02 11	12 00 09	26	03 03	35	02 19	47	02 25	47	02 25	47	02 25
NELSON DA S.M. GUIMARÃES	12 00 09	12 00 09	22	00 18	22	00 18	22	00 18	22	00 18	22	00 18
FRANCISCO F. RODRIGUES	11 00 06	12 00 09	21	00 15	37	05 21	37	05 21	37	05 21	37	05 21
ALZIR C. FRAGA	10 03 25	11 11 16	20	03 11	20	03 11	20	10 20	20	10 20	20	10 20
CARLOS AUGUSTO C.M. REGO	-	11 11 16	18	04 22	25	07 17	25	07 17	25	07 17	25	07 17
JOSÉ DE HOLANDA CARNEIRO	-	11 01 08	23	03 25	34	10 08	34	10 08	34	10 08	34	10 08
ANGELO RATTACASO JÚNIOR	-	11 00 12	22	09 02	24	05 08	24	05 08	24	05 08	24	05 08
ALCEU ALVES DOS SANTOS	-	10 10 05	14	08 12	28	03 14	28	10 09	28	10 09	28	10 09
ANTÔNIO DA S. P. ROSA	-	10 00 00	20	11 22	33	00 25	33	00 25	33	00 25	33	00 25
WALDIR SILVEIRA MELLO	-	09 03 14	14	08 12	22	06 17	30	08 27	30	08 27	30	08 27
ARNALDO S. FERREIRA LIMA	-	09 02 19	32	08 03	34	07 05	34	07 05	34	07 05	34	07 05
VICTOR ZUHLKE FALSON	-	08 10 25	20	02 03	23	01 17	23	01 17	23	01 17	23	01 17
ARYLTON DA C. HENRIQUES	-	08 10 14	20	05 23	22	06 15	25	04 27	25	04 27	25	04 27
ZILAH M. CALLADO FADUL	-	07 04 26	10	10 13	17	09 27	17	09 27	17	09 27	17	09 27
JÚLIO CÉSAR S. FAGUNDES	-	05 08 05	13	03 24	23	03 24	26	09 11	26	09 11	26	09 11
EDMUNDO F. DE OLIVEIRA	-	05 07 06	13	07 07	16	09 14	24	06 04	24	06 04	24	06 04
IARA ALCANTARA DANI	-	05 04 18	10	09 22	10	09 22	20	00 26	20	00 26	20	00 26
OSWALDO LIMA R. JÚNIOR	-	02 09 15	10	10 13	19	00 04	19	00 04	19	00 04	19	00 04
ANTÔNIO C. S. FILHO	-	01 04 24	10	10 13	11	06 13	11	06 13	11	06 13	11	06 13
MÁRIO CÉSAR M. MONTEIRO	-	01 01 22	16	01 08	16	01 08	21	10 17	21	10 17	21	10 17
JOÃO ALFREDO V. PORTELA	-	00 01 13	10	10 13	11	10 13	11	10 13	11	10 13	11	10 13

LEGENDA:

- (1) = Até o dia anterior à vigência da Lei nº 6.621/78, que unificou as entrâncias na Justiça Militar.
- (2) = A partir da vigência da Lei nº 6.621/78.
- (3) = Posicionamento dos Magistrados, em conformidade com o decidido pelo Plenário do Tribunal, na Questão Administrativa nº 188/79.

LISTA DE ANTIGUIDADE DE MAGISTRADOS

JUIZES-AUDITORES SUBSTITUTOS

TEMPO DE SERVIÇO APURADO ATÉ / /

N O M E S	TEMPO DE SERVIÇO											
	NO CARGO				NA JUSTIÇA MILITAR				SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL			
	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d	a m d
WALTAMIR DE ALMEIDA LIMA	10	10	13	10	10	13	23	10	24	25	05	26
ROBERTO DE LIMA E SILVA	10	10	13	10	10	13	10	10	13	10	10	13
ROSALI CUNHA MACHADO LIMA	10	09	11	10	09	11	10	09	11	10	09	11
SHEILA DE ALBUQUERQUE BIERREN-BACH	08	10	05	13	06	11	13	06	11	27	00	03
ROBERTO MENNA B. DE ASSUMPTIO	08	10	00	10	06	20	20	09	01	20	09	01
CELSO CELIDÔNIO	08	09	29	13	05	29	13	05	29	13	05	26
MARIA LETÍCIA DE ALENCAR	08	09	28	08	09	28	08	09	28	08	09	28
CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES	08	09	27	16	07	18	16	07	18	21	11	20
LUIS CARLOS P. DE ALMEIDA NEVES	08	09	24	08	09	24	11	09	04	11	09	04
MARIA DO CARMO B. PEREIRA	08	00	20	14	11	20	19	04	23	20	09	21
ANTÔNIO MONTEIRO SEIXAS	07	09	17	08	08	12	09	05	21	09	05	21
ROGERIO DE CASTRO E AZAMBUJA	03	04	21	10	04	22	10	04	22	10	04	22
TELMA ANGÉLICA FIGUEIREDO	03	04	18	14	11	13	14	11	13	14	11	13
ANTÔNIO RICARDO M. DA SILVA	03	04	17	05	09	14	09	06	13	16	02	17
WILMA C. MENEZES MILAZZO	03	04	16	19	05	01	21	11	09	34	00	16
LÍVIA SOARES VIANA FALSON	03	04	15	03	04	15	03	04	15	03	04	15
ALCIDES ALCARAZ GOMES	03	04	14	03	04	14	03	04	14	03	04	14
ALFONSO MARTINEZ GALIANO	02	11	19	09	00	17	27	05	16	27	05	16
ELI RIBEIRO DE BRITO	02	02	06	04	06	13	09	04	08	09	04	08

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS ADVOGADOS-DE-OFÍCIO TITULARES

TEMPO DE SERVIÇO APURADO ATÉ

NOMES	TEMPO DE SERVIÇO											
	NO CARGO				NA JUSTIÇA MILITAR				SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL			
	(1)Até 25/Dez/78	(2)A partir 26/Dez/78										
LOURDES M. DE DO VALLE	13	09	07	12	00	09	23	09	17	32	06	22
PAULO RUI DE GODOI	08	09	20	11	11	24	18	11	06	20	10	11

NOMES	TEMPO DE SERVIÇO											
	NO CARGO						NA JUSTIÇA MILITAR		SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		TOTAL DE SERVIÇO PÚBLICO	
	(1)Até 25/Dez/78			(2)A partir 26/Dez/78								
	a	m	d	a	m	d	a	m	d	a	m	d
ANTÔNIO JURANDI P. ROSA	-			10	10	10	19	01	02	22	09	26
ANA Mª DAVID CORTEZ	-			10	10	10	17	04	18	17	04	18
REINALDO SILVA COELHO	-			10	10	10	14	08	22	17	06	16
ADELCEY Mª ROCHA S. CORRÊA	-			10	10	10	13	00	25	13	00	25
WALTER JOBIM NETO	-			10	10	10	10	10	10	18	04	13
TÂNIA S. NASCIMENTO	-			10	09	17	12	01	13	12	01	13
ELIZABETH DINIZ M. SOUTO	-			10	05	12	14	03	06	14	03	06
NADJA Mª G. RODRIGUES	-			08	05	23	08	05	23	15	04	08
ELEONORA S. DE C. BORGES	-			08	05	08	08	05	08	08	05	08
JANETE ZDANOWSKI RICCI	-			05	08	13	05	08	13	05	08	13
LÚCIA MARIA LOBO	-			03	02	27	03	02	27	05	09	06
ARIOVALDO BARIONI CAMBRAIA	-			01	06	29	23	08	00	32	06	05
BENEDITO DE JESUS P. TAVARES	-			01	06	29	11	00	27	11	00	27
ADHEMAR MARCONDES DE MOURA	-			01	06	29	04	07	21	09	11	22
SAMARITANA DA SILVA CORRÊA	-			01	05	17	17	03	25	27	09	23
ANNE ELISABETH N. DE OLIVEIRA	-			01	04	03	04	06	00	04	06	00

LEGENDA:

- (1) Até o dia anterior à vigência da Lei nº 6.621/78, que unificou as condições na Justiça Militar.
- (2) A partir da vigência da Lei nº 6.621/78.
- (3) Ordem de antiguidade em igualdade com o decidido pelo Tribunal na Questão Administrativa nº 188/79.

LISTA DE ANTIGUIDADE DOS ADVOGADOS-DE-OFÍCIOS SUBSTITUTOS

TEMPO DE SERVIÇO APURADO ATÉ 31 / 12 / 90

NOMES	TEMPO DE SERVIÇO											
	NO CARGO						NA JUSTIÇA MILITAR			SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL		
	a	m	d	a	m	d	a	m	d	a	m	d
CLARICE DO NASCIMENTO COSTA	04	09	01	11	04	02	12	06	05	16	03	29
CARLOS HENRIQUE DA R. CRUZ	04	09	01	04	09	01	12	11	12	12	11	12
ELIANE OTTONI DE L. FREIRE	04	09	01	04	09	01	04	09	01	23	06	22
BENEDITA MARINA DA SILVA	04	09	01	04	09	01	13	02	02	16	09	00
TERESA DA SILVA MOREIRA	04	09	01	04	09	01	04	09	01	06	04	21
MARILENA DA S. BITTENCOURT	04	09	01	04	09	01	04	09	01	04	09	01
CARMEM LÚCIA A. DE MONTESSINOS	04	09	01	04	09	01	04	09	01	04	09	01
ÂNGELA M ^a AMARAL DA SILVA	04	09	01	04	09	01	04	09	01	04	09	01
JOSEMAR LEAL SANTANA	04	09	01	04	09	01	04	09	01	04	09	01
MARIZA PEREIRA DO COUTO	04	07	04	04	07	04	04	07	03	17	09	06
EDGAR LEITE DOS SANTOS	02	06	24	02	06	24	03	05	11	20	03	07
ZENI ALVES ARNDT	01	03	15	01	03	15	01	03	15	06	07	16
MARCELO MARTINELLI	00	11	25	00	11	25	00	11	25	08	09	17
SÉRGIO ALEXANDRE M. HABIB	00	11	25	00	11	25	00	11	25	00	11	25
IVONE CERQUEIRA DE CARVALHO	00	11	24	00	11	24	00	11	24	00	11	24
ARIOVALDO DE GOIS C. HOMEM	00	11	20	15	08	13	15	08	13	15	08	13
SUELY PEREIRA FERREIRA	00	11	18	14	09	29	14	09	29	14	09	29
OCTÁVIO DUVAL MEYER E BARROS	00	11	18	00	11	18	00	11	18	00	11	18
JOÃO THOMÁS LUCHSINGER	00	10	22	00	10	22	00	10	22	00	10	22
ALEXANDRE LOBÃO ROCHA	00	10	19	17	05	08	17	05	08	17	05	08
CLODOALDO ALVES DE JESUS	00	00	29	00	00	29	00	00	29	00	00	29

MARIA DAS GRAÇAS PESSOA
Chefe da SECADASCLÉPIAS TELLES DE OLIVEIRA
Diretor da DIPES

Ministério Público da União

Ministério Público Federal

Procuradoria Geral da República

PORTARIAS DE 11 DE JANEIRO DE 1991

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 06 - Designar o Doutor FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE MACEDO, Procurador da República de 1ª Categoria, para oficial junto ao Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Revogam-se as disposições em contrário.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Telex nº 011/91, de 08 de janeiro de 1991, da Procuradoria da República no Estado do Ceará, resolve:

Nº 07 - Designar o Doutor GERALDO ASSUNÇÃO TAVARES, Procurador da República de 1ª Categoria, lotado na Procuradoria da República no Estado do Ceará, para atuar nos autos nº 89.316-0, de natureza penal, em tramitação no Estado do Piauí.

ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA

Ministério Público do Trabalho

Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

PORTARIA Nº 08, DE JANEIRO DE 1991

O Procurador-Geral da JUSTIÇA DO TRABALHO, em exercício, considerando que a PRT da 18ª Região-GO, recém-instalada, ainda permanece com seu quadro de Procuradores do Trabalho incompleto, resolve:

- 1- Determinar, em caráter excepcional, que a PRT-10ª Região-DF distribua entre seus membros, para exame e parecer, os processos da jurisdição da PRT-18ª Região que ainda tramitam na Regional;
- 2- A presente terá vigência até o preenchimento de pelo menos 30% das vagas de Procurador de 2ª Categoria, naquela PRT da 18ª Região, a serem providas mediante concurso público de provas e títulos, ora em processamento, ou pela forma de remoção.

ARMANDO DE BRITO
Procurador-Geral em exercício

Procuradoria Regional do Trabalho

2ª Região

Relação processual - relação de processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres

Guia de remessa nº 193/90

AGRAVO DE PETIÇÃO

Proc.: 02900133003 Parecer 432/90 - (com 2 volumes)
Agravante Banco do Estado de São Paulo S/A
Advogado Arnor Serafim Junior
Agravado Brigida Oradona de Abreu Sampaio
Advogado Anis Aidar

Proc.: 02900138269 Parecer 434/90 - (com 2 volumes)
Agravante Alberto Santilli Filho
Advogado Francisco Ary Montenegro Castelo
Agravado Linde do Brasil Ltda
Advogado Luis Claudio de Albuquerque Campos

Proc.: 02900138293 Parecer 435/90
Agravante Bunny's Ind e Com de Roupas Ltda
Advogado Reginaldo da Silva Pinto
Agravado Geraldo do Nascimento Silva
Advogado Joaquim Maria de Lima

Proc.: 02900138447 Parecer 437/90 - (com 2 volumes)
Agravante Banco Auxiliar S/A
Advogado Ligia Maria Mazzucatto
Agravado Sonia Maria Ferreira de Godoy
Advogada Emilia Leite de Carvalho

Proc.: 02900165843 Parecer 462/90
Agravante Olivino Silverio
Advogada Luzia Poli Quirico
Agravado Antonio Carlos de Almeida
Advogado Moacir Manzine

Proc.: 02900173030 Parecer 478/90 - (com 2 volumes)
Agravante Flat Ribbon Indústria Metalúrgica Ltda
Advogado Sérgio Shigueru Higuti
Agravado Josif Mucher
Advogado Itagiba Flores

Proc.: 02900185933 Parecer 486/90 - (com 3 volumes)
Agravante Maria Conceição Eugénia T. Oliveira
Advogado Paulo de Tarso Moura Magalhães Gomes
Agravado Fundação Legião Brasileira Assistência
Advogado Paulo José Fogaroli

Proc.: 02900205250 Parecer 573/90 - (com 2 volumes)
Agravante Tetsuro Kagaya
Advogado Koshi Ono
Agravado Josino Bento da Silva
Advogado Elias Antonio Gagliardi

Proc.: 02900205268 Parecer 529/90 - (com 2 volumes)
Agravante José Carlos de Oliveira
Advogado Riscalla Abdala Elias
Agravado Cia Siderurgica Paulista Cosipa
Advogado Carlos Alberto Costa

Proc.: 02900212108 Parecer 591/90
Agravante Banco Bradesco S/A
Advogado Semi Anis Smaira

Agravado Ronaldo Luiz Baldassi
Advogado Renato Leite Fernandes
Proc.: 02900215530 Parecer 576/90 - (com 2 volumes)
Agravante Banco Itau S/A
Advogado Geraldo Dias Figueiredo
Agravado Luiz Carlos Miranda do Nascimento
Advogado Pedro Dada

Proc.: 02900216162 Parecer 536/90 - (com 2 volumes)
Agravante Oswaldo de Abreu Carvalho
Advogado José Eduardo Dias Yunis
Agravado Durvalino Audine
Advogado Ademair Carlos Teixeira
Proc.: 02900216375 Parecer 546/90
Agravante Jockey Club de São Paulo
Advogado Nanci Elias Florido
Agravado Francisco Avila Barreiros
Advogado José Paulo Moutinho
Proc.: 02900245570 Parecer 450/90 - (com 2 volumes)
Agravante Noelia Pereira Campos de Melo
Advogado Raul Soriano
Agravado Banco Mercantil de São Paulo S/A
Advogado Afonso Vieira da Silva
Proc.: 02900255699 Parecer 366/90
Agravante Arlindo Pacífico de Sá
Advogada Maria Joaquina Siqueira
Agravado Auto Posto Formula 3 Ltda
Advogada Maria Stella Verta Carvalho
Proc.: 02900255702 Parecer 367/90
Agravante Francisco Domingos Kucharscka Lopes
Advogado Eraldo Aurelio Rodrigues Franzese
Agravado Rodes Rodoviário e Despachos Ltda
Advogado Francisco James de Faro Mello
Proc.: 02900255710 Parecer 368/90
Agravante Augusto Pinto
Advogada Maria Joaquina Siqueira
Agravado Supergasbras Distribuidora de Gás S/A
Advogado Arlindo Celso Sarmento
Proc.: 02900255737 Parecer 369/90 - (com 2 volumes)
Agravante Banco Noroeste S/A
Advogada Sandra Moschetti Pinho
Agravado Roseli dos Anjos
Advogado Edivete Maria Boareto Belotto
Proc.: 02900255770 Parecer 370/90
Agravante Vincenzo Severo
Advogado Valter Alves de Souza
Agravado Edmundo Laranjeira de Souza
Advogado Adionan Arlindo da Rocha Pitta
Proc.: 02900255800 Parecer 316/90
Agravante Pretty Glass Indústria e Comércio Ltda
Advogado Jesuziris de Almeida Silva
Agravado Joselito Moreira de Jesus
Advogado Valdir Bergantin
Proc.: 02900255974 Parecer 317/90
Agravante Ranger's de Segurança Ltda
Advogada Maria Luiza Reis de Andrade
Agravado Melquiades Rodrigues de Oliveira
Advogado Jesus Pinheiro Alvares
Proc.: 02900264833 Parecer 363/90
Agravante Columbia Vig e Seg Patrimonial Ltda
Advogado Shiguer Sasahara
Agravado Alvaro de Moura Martins
Advogada Maria da Graça Zechetto

Proc.: 02900276530 Parecer 364/90 - AGP)
Agravante Fazenda do Estado de São Paulo
Advogado Elisabete Nunes Guardado
Agravado João Belo
Advogado Valdemar Tomazella

RECURSO ORDINÁRIO
Proc.: 02900082867 Parecer 702/90
Recorrente Abdias Primo Gois
Advogado Anita Galvão
Recorrido Hiter Ind e Com Contr Hidraul Ltda
Advogado Carlos Garcia Lerma
Proc.: 02900082921 Parecer 703/90
Recorrente Mejak Confeccões Ltda
Advogado Raul Cardoso
Recorrido Auzenir Alves de Melo
Advogada Marilena Carrogi
Proc.: 02900082964 Parecer 704/90
Recorrente José Barbosa Matias
Advogado Sérgio Francisco Coimbra Magalhães
Recorrido Enterco Eng Terraplenagem Constr Ltda
Advogado Joaquim Barreto Coimbra
Proc.: 02900082972 Parecer 705/90
Recorrente Artefatos de Plásticos Sobplast Ltda
Advogado Sidnei Cirello
Recorrido Maria José da Conceição Silva
Advogado Edson José Bachiega
Proc.: 02900082980 Parecer 706/90
Recorrente Cristina Maria Ferreira da Silva
Advogado Isabel Reis de Oliveira
Recorrido Inst Pesquisas Tecnologicas Est SP S/A
Advogada Lúcia Helena Brandi Pereira Carneiro
Proc.: 02900082999 Parecer 707/90
Recorrente Susa S/A
Advogado Sérgio Lourente Martin
Recorrido Solange Maria Medeiros Santos
Advogado Hiroshi Hirakawa
Proc.: 02900083014 Parecer 708/90
Recorrente Teresá Tauil
Advogado Cristina Maria Paiva da Silva

Recorrido Cia Brasileira de Distribuição
Advogada Maria Regina Moreira Cambiaghi Vieira
Proc.: 02900083022 Parecer 709/90
Recorrente Casa de Saude Vila Matilde Ltda
Advogado Wanderlei Vieira da Conceição
Recorrido Antonio Ferreira da Silva
Advogado Etevaldo Vendramini
Proc.: 02900083340 Parecer 710/90
Recorrente Molas Tupinagura Ltda
Advogado Fernando Plástino Neto
Recorrido Severino Vitorino dos Santos
Advogada Soraya de Oliveira Almachar
Proc.: 02900083600 Parecer 633/90
1.Recorrente Comercial Oswaldo Cruz Ltda
Advogada Yacira de Carvalho Garcia
2.Recorrente Conceição Aparecida Riveiro
Advogado Gerson Peronovich

Proc.: 02900083618 Parecer 634/90
Recorrente Comercial de Veículos de Nigris Ltda
Advogado Antonio Fakhany Junior
Recorrido Paulo Felix Marcondes
Advogado Moisés Martinho Rodrigues
Proc.: 02900083987 Parecer 593/90
Recorrente Sandra Regina Piza
Advogado Joaquim Antunes Nazareth Rodrigues
Recorrido Delfin S/A Crédito Imobiliário
Advogada Silvana Rosa Romano Azzi
Proc.: 02900084002 Parecer 643/90
Recorrente Itibere Rocha Machado
Advogada Regina Maria Cotrofe
Recorrido Prefeitura Municipal de Santos
Advogado Antonio Carlos Betini
Proc.: 02900084029 Parecer 635/90
Recorrente Estacentro Repres Admin Garagens Ltda
Advogado José Wiazowski
Recorrido José Valdo Pereira da Silva
Advogado Abel Jeronimo
Proc.: 02900084037 Parecer 636/90
1.Recorrente Sueli Regina de Mello
Advogado José Venerando da Silveira
2.Recorrente Vervi Assessoria e Comunicações S/C Ltda
Advogado Luis Piccinin
Proc.: 02900084096 Parecer 637/90
Recorrente Sind Emp no Comércio de São Paulo
Advogado Hiroshi Hirakawa
Recorrido Commerce Desenvolvimento Mercantil S/A
Advogado Ricardo Gelly de Castro e Silva
Proc.: 02900086382 Parecer 527/90
Recorrente Marcos Tadeu Lopes
Advogado Sérgio Sznifer
Recorrido Wurth do Brasil Peças de Fixação Ltda
Advogado Aguida Arruda Barbosa
Proc.: 02900086404 Parecer 529/90
Recorrente Elizabeth Lopes Cesário
Advogada Maria Joaquina Siqueira
Recorrido Armino Monteiro Batista & Cia Ltda
Advogado Italo Delsin
Proc.: 02900086412 Parecer 530/90
Recorrente Oeolinda Marques Spina
Advogado Valter Tavares
Recorrido Guga Bomboniere Ltda
Advogado Odnir Luiz de Moraes Junior
Proc.: 02900086471 Parecer 648/90
Recorrente Raimundo Nonato Lopes
Advogado Celso Noboru Hagihara
Recorrido Construtora Oas Ltda
Advogada Mara Lane Pitthan Francolin
Proc.: 02900086722 Parecer 531/90
Recorrente Sind Empregados No Comércio de SP
Advogado Hiroshi Hirakawa
Recorrido Distrimel Distribuidora de Metais

Proc.: 02900088873 Parecer 577/90
Recorrente Indústria de Pneumáticos Firestone Ltda
Advogado Emmanuel Carlos
Recorrido Rubens Oliva
Advogada Leila Maria Paulon
Proc.: 02900089349 Parecer 711/90
1.Recorrente Banco Econômico S/A
Advogado Ruvim Ber José Singal
2.Recorrente Evaldo Marques da Silva
Advogado Paulo Sérgio João
Proc.: 02900089373 Parecer 712/90
Recorrente João Bispo Filho
Advogado Anita Galvão
Recorrido Ebro Indústria e Comércio Ltda
Advogado Pedro Pece Junior
Proc.: 02900089403 Parecer 713/90
Recorrente Modas Jeans Young Kim Choe Ltda
Advogado Kil Soo Park
Recorrido Raimundo Gomes de Oliveira
Advogada Creusa Maillio Gímenes
Proc.: 02900089489 Parecer 714/90
Recorrente José Severino da Silva
Advogado Lizete Coelho Simonato
Recorrido Toledo do Brasil Ind de Balanças Ltda
Advogado Luiz Eduardo Moreira Coelho
Proc.: 02900089497 Parecer 715/90
Recorrente Victoria Cannellini
Advogado Eliane Gutierrez
Recorrido Caixa Econômica do Estado de SP S/A
Advogado Caetano Aparecido Pereira da Silva
Proc.: 02900089519 Parecer 716/90
Recorrente TransrodasTransportes Rodoviários Ltda